

## PARECER SOBRE A SITUAÇÃO HÍDRICA DA BACIA DO RIO FORMOSO-TO

A Gestão dos Recursos Hídricos é de responsabilidade do poder público, neste caso especificamente do poder público estadual, regidas pela política estadual de recursos hídricos (PERH), lei 1307/02 e pela política nacional de recursos hídricos (PNRH), além de decretos e normas que regulamentam e detalham as regras para alocação e uso da água disponível para os mais variados usos da água.

Dentro dos fundamentos dessas políticas é definido que a água é um bem público, ou seja, de livre acesso e não excludente, todos têm direito a acesso e não existe direito de propriedade privada sobre os recursos hídricos.

Também se destaca que é reconhecido o valor econômico da água, o que quer dizer que se reconhece o valor da água como insumo ou processo dentro das mais variadas atividades produtivas que demandem por recursos hídricos para que suas atividades possam ser executadas de forma adequada e eficiente.

Dentro dessas premissas podemos destacar que a legislação garante que devem ser compatibilizados os usos múltiplos da água, como abastecimento público, dessedentação animal, recreação, diluição de esgotos, navegação, irrigação entre outros, mas também se destaca como um uso da água a ser considerado a disponibilidade hídrica para suporte da vida aquática, como peixes e outros seres vivos encontrados nos sistemas aquáticos.

Dito isso, verifica-se que o grande desafio da gestão dos recursos hídricos é atender às mais variadas demandas hídricas dentro de uma disponibilidade hídrica, quantidade de água disponível, fornecida pela natureza. Há que ressaltar que a água disponível para atender essas demandas não é toda a água existente no corpo hídrico. Pela legislação Estadual, a vazão outorgável representa 75% da vazão  $Q_{90}$ , que é aquela em que 90% do tempo pode se garantir que o corpo hídrico tem uma vazão igual ou maior do que esse valor. Esses valores dependem da série histórica de vazões medidas nesse corpo hídrico, enquanto maior o número de observações e do período observado, mais preciso será esse valor, que passa por um tratamento estatístico para chegar a esse resultado.

Esse valor, quando calculado a partir de uma série histórica de dados referente a um curto período de tempo pode embutir uma maior margem de erro ao se fazer seu tratamento estatístico, por haver menor probabilidade de nesse intervalo de tempo estar inserido algum evento climatológico extremo, como secas ou cheias acima das médias históricas registradas.

O que pode-se observar na região da bacia do rio formoso é um conjunto de eventos que combinados podem levar a uma situação de estresse hídrico a ponto de secar o leito de um rio. Pelo lado das demandas hídricas verifica-se um uso muito intenso para irrigação de lavouras, que além de ser de grandes volumes, também é realizada praticamente durante todo o ano, o que dificulta a regeneração do corpo hídrico e sua capacidade de reter água pode ficar comprometida. Pelo lado da disponibilidade hídrica, verifica-se precipitações abaixo das médias históricas nos dois últimos anos, fenômeno que tem acontecido em várias outras regiões do país, que pode ser associado a eventos climatológicos globais cíclicos, como o fenômeno El

Niño, que dependendo de sua intensidade pode acentuar e prolongar fortemente os períodos de estiagem nas regiões que ficam sob sua influência.

Com esse cenário exposto, verifica-se a necessidade de aprofundar os estudos sobre demanda e disponibilidade hídrica na bacia em questão para ter informações mais precisas e estabelecer regras mais adequadas para poder dar maior garantia à vazão outorgada para cada usuário e ao mesmo garantir uma vazão ecológica para a vida aquática.

Estudos que contemplem medições *in loco* para aferir os modelos de estimativa de demanda hídrica e estimar a  $Q_{90}$  com mais precisão são de suma importância para saber com mais precisão quanta água pode ser outorgada.

Um cadastro preciso de todos os usuários, passíveis de serem outorgados ou não, também deve ser feito, para aferir melhor quanta água é demandada, principalmente nos períodos de estiagem e evitar que haja usuários captando água sem outorga e com isso o esse volume não ser contabilizado no balanço hídrico. Com isso, deve-se estipular regras de operação para emissão e restrição da emissão de outorgas pelo uso da água.

Em uma análise preliminar verifica-se que a situação da bacia do rio Formoso é muito preocupante, já há muito tempo, mas em épocas de eventos críticos de seca mais prolongados e severos torna-se crítica, a ponto de trechos de rio serem secados, provocando severos impactos ambientais na fauna aquática e nas comunidades ribeirinhas. Para tentar resolver ou pelo menos minimizar o problema acredita-se que seja de suma importância de estudos como esse de diagnóstico da disponibilidade hídrica e das demandas da bacia, assim como de um cadastro detalhado de todos os usuários.

Caso não sejam tomadas providências, a retirada de volumes de água por períodos prolongados que provocam a seca dos rios podem levar a problemas ambientais, como processos erosivos e de assoreamento que cada vez mais vão dificultar a recuperação da disponibilidade hídrica a ponto de poder comprometer essas mesmas atividades econômicas que dependem da água para seu desenvolvimento e realização de sua função social, como gerar renda e empregos para a população local.

Por fim ressalta-se que a Gestão dos Recursos Hídricos deve ser participativa, como previsto em lei, em que todas as partes envolvidas devem unir-se para resolver o problema de forma consensual, já que a água, como colocado anteriormente, é um bem público em que ninguém tem mais direitos de uso do que outro, sendo também a água um recurso escasso que deve ser cuidado de forma sustentável tanto para a geração presente quanto para as futuras gerações.